

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____^a VARA
DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DE ____ - UF**

_____ (nome completo e nacionalidade do alimentando), menor, nascido em _____, Certidão de Nascimento n.º _____ expedida pelo _____ (Cartório de Registro Civil), representado por sua mãe _____ (nome completo da mãe), _____ (qualificação: nacionalidade), portadora do RG n.º _____, inscrita no CPF sob n.º _____, ambos residentes e domiciliados na _____ (endereço), por seu Advogado, inscrito na OAB/____ sob o n.º _____, que esta subscreve, regularmente constituído por instrumento de procuração em anexo, e com endereço profissional à _____ (endereço completo), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei 5.478/68, propor a

**AÇÃO DE ALIMENTOS C/C
PEDIDO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS**

em face de _____ (nome completo do alimentante), _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão), portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado na _____ (endereço), pelos motivos de fato e direito a seguir:

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente não possui meios econômicos que o possibilite patrocinar os encargos decorrentes da presente demanda sem prejuízo próprio ou da sua família, conforme declaração anexa (doc. ____).

Declara-se, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, pobre nos termos da Lei 7.510/86, requerendo lhe seja concedido o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do artigo 5.º, LXXIV da Constituição Federal e do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS

O requerente, nascido em _____, atualmente com ____ anos, é filho do requerido, conforme se verifica na certidão de nascimento (doc. ____).

Desde _____, o requerido não cumpre com o dever legal de alimentos ao seu filho menor.

O requerente é sustentado única e exclusivamente por sua genitora, ou seja, todos os gastos com a manutenção do menor – alimentação, saúde, vestuário, lazer, educação, moradia, etc. – são suportados apenas pela mãe.

Atualmente tornou-se difícil para a mãe manter e sustentar seu filho menor sozinha, uma vez que encontra-se desempregada, necessitando da colaboração paterna.

O Requerido é _____ (profissão do pai), e exerce sua profissão na Empresa _____, auferindo uma renda aproximada de R\$ _____(escrever por extenso) mensais, estando, portanto, dentro de sua possibilidade financeira colaborar no sustento do filho.

Houve algumas tentativas de composição amigáveis entre os genitores, porém restaram-se infrutíferas, sendo esta a razão para se intentar a presente ação de alimentos.

III – DO DIREITO

O direito a alimentos, está expresso no artigo 229 da nossa Constituição Federal, que diz:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

O Código Civil, nos artigos 1694, 1695 e 1.696, também trata do direito a alimentos, que assim nos diz:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria

manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque no necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”

artigo 2º: Já a Ação de Alimentos é regulada pela lei 5.478/68, precisamente no

“Artigo 2º - O credor, pessoalmente, ou por intermédio de advogado, dirigir-se-à ao juiz competente, qualificando-se, e exporá suas necessidades, provando, apenas o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor, indicando seu nome e sobrenome, residência ou local de trabalho, profissão e naturalidade, quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe.”

Com base na legislação pátria, extrai-se que a obrigação de prestar alimentos não é exclusivo da genitora do autor, e sim também do seu pai. O dever de prestar alimentos é personalíssima e constitui em satisfazer necessidades básicas e de sobrevivência do requerente, pois este não pode provê-las por si.

Portanto, o requerido deve cumprir com suas obrigações como pai, de forma a colaborar, juntamente com mãe, para que o filho tenha uma qualidade vida razoável

IV – DO PEDIDO

Pelo exposto, requer-se:

a) seja deferido o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC e artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, tendo em vista que o requerente é pessoa pobre na acepção jurídica do termo;

b) o arbitramento dos alimentos provisórios no valor de R\$ _____ (por extenso) mensais, em face do binômio necessidade do requerente e possibilidade financeira do requerido, a ser depositado na conta-corrente nº _____, da agência _____, do banco _____, de titularidade da representante legal do requerente;

c) Designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC (este item é opcional);

d) A citação do requerido, para comparecer em audiência a ser designada por Vossa Excelência, sob pena de confissão, e querendo, contestar dentro do prazo legal, sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia, conforme artigo 344 do CPC;

e) a intimação do ilustre representante do Ministério Público na forma

da lei;

f) a procedência da ação, condenando o requerido ao pagamento dos alimentos definitivos no valor de R\$ _____ (por extenso), a serem depositados na conta-corrente _____, da agência _____, do Banco _____, de titularidade da representante legal do requerente, mediante determinação desse juízo;

g) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;

h) provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito.

Dá-se o valor da causa de R\$ _____ (valor por extenso) para todos os efeitos legais.

Nestes termos,
pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
(local e data)

(nome do advogado)
OAB/___ _____